



**Departamento
Arquidiocesano da
Comunicação Social**

COMUNICADO

Ref. DACS/PRESS/

Braga, quarta-feira, 04.mai.2016

Comunicado do Conselho Presbiteral de Braga sobre a liberdade de educação

O recente despacho normativo do Ministério da Educação (1H/2016, de 14 de Abril) contradiz, nas consequências práticas, o princípio da liberdade de educação, explicitamente consagrado no artigo 43 da Constituição da República Portuguesa.

É fundamental que o Estado respeite o direito humano e constitucional de os pais escolherem a educação que desejam dar aos seus filhos. A educação dos filhos pertence primariamente aos pais e não ao Estado. A este compete cooperar com os pais no direito e dever que têm de educar os filhos. De outro modo caminhamos para o monopólio totalitário do Estado no campo do ensino. O espírito de liberdade, tão característico da revolução de Abril, que este ano celebra o seu 42.º aniversário, parece querer negar-se no campo da educação/ensino.

Sem os contratos de associação ou outro sistema de financiamento das famílias, só as famílias abastadas podem usufruir da liberdade de ensino para os seus filhos porque, além de pagarem os seus impostos, têm capacidade económica para suportar os custos de uma escola ou colégio particular. As famílias de escassos recursos - a maioria - ficam na prática sem liberdade de escolha de uma escola da sua confiança, com um projecto educativo que respeite e promova os seus valores. É uma desigualdade de oportunidades claramente injusta. Assim, apenas os economicamente abastados poderão escolher o tipo de escola que mais lhes convém. A liberdade não deveria ter preço, nem ser um luxo apenas acessível às classes de elevada capacidade económica.

Importa notar que as escolas que beneficiam de contrato de associação em Portugal são apenas cerca de 1%, ao passo que noutros países da Comunidade Europeia esta percentagem é claramente superior, chegando a cerca de 70% na Holanda.

Ultrapassando radicalismos ideológicos, que além do mais ficarão caros a todos nós, contribuintes, e ao país no seu todo, importa dar a voz aos pais que têm o direito de poder escolher o tipo de educação que julgam melhor para os seus filhos. O Estado tem o dever de proporcionar esta liberdade democrática fundamental.